

# “É essencial criar condições para facilitar e atrair investimento necessário”, declara Matos Fernandes

25 de Maio, 2021

Tornar a economia neutra até 2050 vai exigir um investimento significativo dos setores públicos e privados. Para que a meta seja alcançada, o sistema financeiro europeu tem que se tornar mais sustentável. Esta visão foi partilhada por **João Pedro Matos Fernandes**, ministro do Ambiente e da Ação Climática, na sessão de abertura da conferência **“Finanças Sustentáveis: Novos Desenvolvimentos”**, organizada no âmbito da **Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia**.

De acordo com o ministro, a Comissão Europeia deu um “passo decisivo” ao querer construir um “ecossistema financeiro sustentável”, com “maior transparência”, e oferecendo “instrumentos aos investidores para identificarem oportunidades de investimento sustentável”. Além disso, o órgão europeu assume um papel de extrema importância no “investimento privado” e na “transição para uma economia neutra, resiliente e eficiente nos seus recursos”, refere.

Apesar de este ser um “momento complexo”, Matos Fernandes não tem dúvidas de que a pandemia trouxe razões adicionais para acelerar a implementação de reformas para a transição energética: “A forma como os Governos usam os instrumentos estratégicos para oferecer as políticas ambientais e de ação climática é essencial para respeitar os limites do planeta, a otimização e a racionalização dos mercados e dos financiamentos”. O *“Next Generation EU”* ou, no caso português, o “Plano de Recuperação e Resiliência” (PRR) são bons exemplos de instrumentos para uma recuperação verde e resiliente, ao incluírem investimentos na “gestão florestal sustentável”, na “escassez de água”, na “eficiência energética dos edifícios”, nos “recursos renováveis”, incluindo o hidrogénio verde, na “criação de comunidades renováveis”, na “mobilidade sustentável” como os “transportes públicos”, ou na “bioeconomia” focada na “incorporação de materiais baseados na natureza” e na “descarbonização da indústria”, afirma.

A ambição de Portugal em termos de sustentabilidade é clara: “Está de acordo com o limiar de 37% do investimento global alocado aos objetivos climáticos; e 85% do plano de investimento nacional está alocado a investimento sustentáveis que devem ser priorizados contribuindo para os objetivos climáticos”. E a transição para uma economia neutra, reforça o dirigente, tem o potencial de “criar emprego e crescimento, melhorar a forma de vida de todos os cidadãos” e, ainda, contribuir para construir sociedades mais resilientes: “O sistema financeiro pode, assim, ter um papel essencial na promoção de investimentos verdes ao não ignorar o facto de que a análise de risco dos projetos pode ser feita para combater as alterações climáticas”, vinca.

Relativamente ao regulamento de taxonomia financeira sustentável da União Europeia (UE), Matos Fernandes considera ser um “instrumento essencial” para “guiar os investidores e orientar na identificação de atividades sustentáveis”. A Comissão Europeia adotou assim, em abril, um pacote de medidas para aumentar os investimentos em atividades sustentáveis: “Os elementos deste pacote vão aumentar a fiabilidade e a compatibilidade da informação sustentável e também vão permitir que instrumentos futuros, como o Eco Label para produtos de retalho financeiro, sejam adotados”, refere.

O Banco Português de Fomento também foi referido por Matos Fernandes, indicando que a instituição tem como “*core business*” o “financiamento da transição ecológica e digital”, apoiando projetos e iniciativas que visam a “descarbonização da economia”, bem como um estímulo da “coesão territorial”. O roadmap estabelece, por isso, o caminho de Portugal para as próximas décadas: “A neutralidade climática vai fomentar o investimento em novas tecnologias e produtos. O transporte e a construção representam 86% de investimento até 2050, nomeadamente, a mobilidade elétrica e a eficiência energética na habitação. A energia renovável representa 8% do investimento; e 32% são tecnologias descentralizadas de produção de energia que vão aumentar neste período de tempo”. No entanto, as previsões são de que “95% a 98% do investimento será privado”, refere o ministro, alertando para a necessidade de se “criar condições para facilitar e atrair investimento necessário através de um quadro coerente e articulado com políticas públicas setoriais”. No total, o investimento para se atingir a neutralidade carbónica situar-se-á nos 86 mil milhões até 2050, numa média de “2.5 mil milhões por ano”. “A tarefa é enorme, mas tenho a certeza que todos juntos vamos conseguir ultrapassar o desafio em prol de um melhor planeta”, remata.

A conferência “Finanças Sustentáveis: Novos Desenvolvimentos”, realizada esta terça-feira, pretende explorar a forma como os mercados e instituições financeiras se podem tornar num motor de sustentabilidade, contribuindo para que os países da União Europeia alcancem as suas ambições em matéria de ambiente e clima.